

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.845.866 - SP (2019/0324167-2)

RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE
RECORRENTE : KIKERS IMPORTADORA EIRELI
ADVOGADO : CLARA CHAITZ SCHERKERKEWITZ - SP063905
RECORRIDO : STILE COMERCIAL LTDA
ADVOGADO : JULIANA CAMPOS VOLPINI PASCHOALI E BARBOSA - SP171247

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITÓRIA. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. APLICAÇÃO DA EQUIDADE PREVISTA NO ART. 85, § 8º, DO CPC/2015. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. RECURSO PROVIDO.

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por Kikers Importadora Eireli, com fulcro no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pela Vigésima Sexta Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, assim ementado (e-STJ, fl. 126):

MÚTUO. MONITÓRIA. A verba honorária deve representar, de um lado, condigna remuneração do advogado e, doutro, moderação frente à complexidade da demanda. Sentença mantida. Recurso desprovido.

Nas razões do recurso especial, a insurgente indica divergência jurisprudencial e violação ao art. 85, § 2º, do CPC/2015.

Sustenta que a verba honorária deveria ter sido fixada dentro dos parâmetros de 10% a 20% sobre o valor da causa, pois não estariam presentes os requisitos para a utilização da equidade.

Contra-arrazado (e-STJ, fls. 161-168), o recurso foi admitido na origem (e-STJ, fls. 169-170), ascendendo os autos a esta Corte Superior.

Brevemente relatado, decido.

Ao apreciar a controvérsia, o Tribunal de origem assim se manifestou (e-STJ, fl. 127):

Superior Tribunal de Justiça

Observe-se que cabe ao magistrado, quando da fixação dos honorários, analisar “o grau de zelo do profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e à importância da causa e o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço” (art. 85, § 2º, I a IV).

E dada a complexidade da demanda, tendo em vista que entre a propositura da ação e o sentenciamento do feito, com a extinção do processo, sem julgamento do mérito, decorreram aproximadamente cinco meses, não cabe se falar em majoração do valor arbitrado.

O § 8º do art. 85 do CPC prevê expressamente que nas causas em que o valor da causa for muito baixo, o juiz deve fixar os honorários de forma equitativa. Ora, em se tratando de valor da causa muito alto, também se mostra correto que os honorários sejam fixados de forma equitativa, como fez o magistrado sentenciante.

De fato, não se pode menosprezar o trabalho do advogado quando o valor da causa é muito baixo e nem premiar indevidamente o advogado quando o valor da causa é muito alto.

Assim, os honorários advocatícios devem ser mantidos, pois referido valor representa, de um lado, condigna e justa remuneração do advogado e, doutro, moderação frente à complexidade da demanda.

Do exposto, verifica-se que o Colegiado estadual entendeu que os honorários advocatícios deveriam ser estabelecidos de acordo com apreciação equitativa, por considerar que a sua fixação conforme os parâmetros do art. 85, § 2º, do CPC/2015 conduziria a uma verba excessiva, tendo em vista a complexidade da demanda.

Esse entendimento, contudo, não se harmoniza com a jurisprudência desta Corte Superior, firmada no sentido de que o § 8º do art. 85 do CPC/2015 incide apenas quando o valor da causa é muito baixo, ou quando o proveito econômico experimentado é irrisório ou inestimável, o que não se verifica nos autos.

Assim, caberia ao Tribunal local fixar a verba honorária com base no valor da causa e em observância aos limites impostos pelo § 2º do art. 85 do CPC/2015.

Oportunamente:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO. SÚMULA Nº 7/STJ. NÃO INCIDÊNCIA. APRECIÇÃO EQUITATIVA. IMPOSSIBILIDADE. LIMITES LEGAIS. NÃO OBSERVÂNCIA. VALOR IRRISÓRIO. MAJORAÇÃO. POSSIBILIDADE.

(...)

3. O § 8º do art. 85 do CPC/2015 se aplica somente quando o valor da causa é muito baixo e, além disso, seja irrisório ou inestimável o proveito econômico experimentado. Caso contrário, os honorários advocatícios devem ser arbitrados a partir do valor da causa ou do proveito econômico experimentado, com obediência aos limites

Superior Tribunal de Justiça

impostos pelo § 2º do art. 85 do CPC/2015, os quais se aplicam, inclusive, nas decisões de improcedência e quando houver julgamento sem resolução do mérito.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.187.650/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 30/04/2018)

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EXTINÇÃO. CARÊNCIA DA AÇÃO. ILEGITIMIDADE PASSIVA. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. §§ 3º e 8º DO ARTIGO 85 DO CPC/2015. APRECIÇÃO EQUITATIVA. IMPOSSIBILIDADE.

1. Na vigência do CPC/2015, a fixação dos honorários advocatícios com base na apreciação equitativa, prevista no § 8º, artigo 85, do aludido diploma legal, somente tem aplicação nas causas em que for inestimável ou irrisório o proveito econômico, ou ainda, quando o valor da causa for muito baixo, hipóteses de que não cuidam os presentes autos.

2. In casu, depreende-se que o Tribunal de origem, ao utilizar-se de critérios diversos das balizas objetivas relacionadas aos percentuais previstos no §3º do artigo 85 do CPC/2015, violou a legislação federal indicada.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1736151/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 25/10/2018, DJe 06/11/2018)

Portanto, impõe-se a fixação dos honorários advocatícios em favor da ora recorrente no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial a fim de redimensionar os honorários sucumbenciais, nos termos acima expostos.

Publique-se.

Brasília (DF), 18 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator